

Para citar esse documento:

PERNICIOTTI, Fernanda. Brechas no sistema ou a exacerbação da individualidade: alguém quer tentar? *Anais do IV Congresso Nacional de Pesquisadores em Dança*. Goiânia: ANDA, 2016. p. 261-271.



www.portalanda.org.br

Apoio:



**BRECHAS NO SISTEMA OU A EXACERBAÇÃO DA
INDIVIDUALIDADE:
ALGUÉM QUER TENTAR?**

Fernanda Perniciotti – (PUC-SP)*

Em discussões sobre a atual situação das políticas culturais no Brasil, mais especificamente no contexto da dança, não são raros os momentos em que a ideia de 'brechas no sistema' surge como proposição de um posicionamento artístico em 'desobediência' ao processo de editalização. Os exemplos são inúmeros: reorganização de ações, substituição de contrapartidas, compra de notas fiscais, alteração de experiências profissionais, entre outros. Contudo, a desobediência, aqui discutida, está sempre no âmbito do individual, do projeto e do específico e não em uma proposição política de pensamento comum. A hipótese com a qual se trabalha é que o que está na garantia, na auto-segurança, na auto-proteção, ou na própria sobrevivência nos mecanismos de financiamento à cultura, é a negação do comum, do comum no sentido da alteridade. A fundamentação teórica parte dos conceitos Corpomídia (KATZ e GREINER, 2005) e Paradigma da Imunização, Comum e Liberdade (ESPOSITO, 2010).

Palavras-chaves: EDITALIZAÇÃO. CORPOMÍDIA. BRECHAS NO SISTEMA. POLÍTICAS CULTURAIS.

**GAPS IN THE SYSTEM OR EXACERBATION OF INDIVIDUALITY:
SOMEONE WANTS TO TRY?**

In discussions about the current situation of cultural policies in Brazil, more specifically in the context of dance, are not rare times when the idea of 'loopholes in the system' appears to propose an artistic position in 'disobedience' to editalization process. Examples are numerous: reorganization actions, replacement counterparts, purchase invoices, change of professional experiences, among others. However, disobedience, discussed here, is always under the individual, project specific and not in a common thought political proposition. The hypothesis with which it works is that what is under warranty, the self-assurance, self-protection, or survival in funding mechanisms to culture, is the negation of the ordinary, common in the sense of otherness. The theoretical basis of the concepts Bodymedia (KATZ and GREINER, 2005) and Paradigm of Immunization, Common and Freedom (ESPOSITO, 2010).

Keywords: EDITALIZATION. BODYMEDIA. GAPS IN THE SYSTEM. CULTURAL POLITICS.

Em discussões sobre a atual situação das políticas culturais, não são raros os momentos em que a ideia de 'brechas no sistema' surge como proposição de um posicionamento artístico em 'desobediência' ao processo de *editalização*. Os exemplos são inúmeros: reorganização de ações, substituição de contrapartidas, compra de notas fiscais, deslocamento das verbas de rubrica previstas em orçamento, alteração de experiências profissionais para se encaixar em determinado edital, entre outros.

Algumas questões surgem: o uso e a organização dos recursos públicos, em um projeto analisado via comissão de seleção, escolhido entre tantos outros inscritos, pode contar com normas burocráticas e administrativas que não apenas permitem, mas, sobretudo, levam a esse tipo de uso? Se está evidente para todos os envolvidos a necessidade de ajustes para que as inadequações existentes (resolvidas nas brechas) desapareçam, qual é o limite ético nessa situação? Em outras palavras, a "brecha" pode, muitas vezes, estar vinculada à procura por uma adequação dos recursos financeiros realmente necessários e não previstos em lei para a realização do projeto, mas também pode, em prol de certa conveniência individual, tornar-se um auto-favorecimento em uma embalagem de proposição política.

A regularidade de tais dribles ou das adequações que são denominadas "brechas no sistema", de tão frequente passa a ocupar um lugar quase institucional. O que seria uma forma de desobediência, ou uma adequação que escapa ao sistema, passa a ser reconhecido como hábito, como forma de funcionar em meio a este universo.

O ápice de tal situação aconteceu em 2013, momento em que foi possível observar que as próprias Instituições Públicas consideraram possível manter e lidar as tais "brechas". O ProAC – Programa de Ação Cultural abriu, pela segunda vez, as inscrições do edital 'Primeiras Obras'. O edital previa que os proponentes deveriam: nunca ter pisado em um palco e nunca ter recebido nenhum cachê profissional. Tais regras chocaram os artistas porque, como se sabe, desde muito cedo a experiência de palco acontece nas próprias escolas de formação e artistas muito jovens

estagiam, atuam e dançam em companhias inseridas no mercado. Logo, não haveria público para o edital, uma vez que aqueles a quem se destinava não cabiam nos parâmetros estabelecidos, o que explicitava que haviam sido determinados por profissionais sem conhecimento de causa. O primeiro movimento dos jovens artistas, mobilizados através do Movimento *A Dança se Move*¹, foi telefonar para a Secretaria de Cultura e informar a questão. A sugestão da atendente foi a de burlar as regras e omitir as experiências artísticas, ou ainda, propor o projeto em nome de um terceiro elemento que atendessem às solicitações. Ao invés de repassar a questão às instâncias capazes de propor uma alternativa que resolvesse o problema, a estratégia foi a de propor um 'jeitinho' de burlar a regra, que, no caso, continuaria como regra.

O que fica exacerbado é o caráter de solução individual da noção de "brecha do sistema", que garante uma pseudo-adequação do projeto aos critérios legais, através de documentos falsos que permitem a continuidade das formas de financiamento vigentes, que todos sabem ser inadequadas. A ideia foi abordada por Greiner, na Cartografia Rumos Itaú Cultural Dança 2012-2014:

(...) lacunas estão, de fato, em todas as conversas que geram perguntas e inquietações. Elas são inevitáveis, porque em meio às crises do trabalho, da arte e do sujeito é preciso enfrentar as ambivalências que se fazem cada vez mais presentes, buscando, justamente, frestas e entrelugares, tendo em vista escapar da clausura dos dilemas "um ou outro", "um ou muitos". No entanto, é preciso tomar cuidado para não confundir isso com o que normalmente tem se chamado de "brechas do sistema", ou seja, as entradas que viabilizam soluções inusitadas e acesso a ordenamentos jurídicos, instituições ou qualquer outro preexistente e estável. (...) Elas (as lacunas) não solucionam o problema de cada indivíduo separadamente, mas apontam novas possibilidades para o coletivo. (GREINER, 2013, p. 166)

Diferenciar a noção de lacuna da de 'brechas do sistema' parece ser indispensável. Pois não são apenas estas falsas 'soluções' que fazem parte dos percalços do dia a dia do artista que depende de editais. Ele também está atrelado ao tipo de criatividade produtora de inovação aqui tratada. O principal a ser pontuado no seu comportamento é que na concepção individualista de brecha está

¹ Iniciado em 2011, o A Dança se Move é um movimento de artistas da dança paulistana, criado com o objetivo de discutir políticas para dança nos âmbitos municipal, estadual e federal.

inerente a conduta de produzir pequenas 'desobediências' para continuar obedecendo. Atrelando ao contexto trazido por Greiner, entende-se que o discurso que estimula este tipo de 'desobediência' pode, inclusive, ser capitaneado por Instituições Culturais (como foi acima descrito) que representam, muitas vezes, monopólios de poder enquanto defendem suas proposições como possibilidades de brechas.

Sendo mais um traço do processo de *editalização*, o aspecto individualista parece ser hoje parte constituinte do campo artístico, em um caminho de 'naturalização' de tais condutas. A disputa, enquanto noção constante de 'um contra o outro', vai afastando as possibilidades de mobilização coletiva, porque convoca o esforço de cada um para resolver problemas 'próprios', o que dificulta a identificação dos pressupostos gerais que passaram a regular o ambiente artístico. No *Governo das Desigualdades* (2011), Lazzarato identifica na estratégia estatal de individualizar os segmentos, a partir da concorrência baseada na desigualdade, uma forma de desmobilização.

(...) a marca do governo será, por um lado, identificar as diferenças de status, de rendimentos, de formação, de garantias sociais, etc., e de jogar eficazmente essas desigualdades umas contra as outras. Por outro lado, tratar-se-á de ampliar as políticas de individualização no interior de cada segmento, de cada situação para promover ainda mais as forças de concorrência (LAZZARATO, 2011, p. 50).

O autor diz que o neoliberalismo produz um "equilíbrio tolerável da precariedade", porque depende dos jogos de disputa nela contidos. O processo de *editalização* parece atuar neste registro: jogos de equilíbrios toleráveis para que a miserabilidade da produção artística seja suportável, de modo a permitir a continuidade da operação em curso.

A partir das questões elaboradas até aqui, parece que a relação entre três proposições teóricas pode contribuir para uma compreensão mais profunda do processo de *editalização*: o poder como conduta de Michael Foucault, o paradigma da imunização de Roberto Esposito e a noção de corpo da Teoria Corpomídia de Helena Katz e Christine Greiner.

Caminhando com Foucault (2008), é preciso compreender o caráter ambíguo da conduta:

(...) esta palavra – “conduta” – se refere a duas coisas. A conduta é, de fato, a atividade que consiste em conduzir, a condução, se vocês quiserem, mas é também a maneira como uma pessoa se conduz, a maneira como se deixa conduzir, a maneira como é conduzida e como, afinal de contas, ela se comporta sob o efeito de uma conduta que seria ato de conduta ou de condução. (FOUCAULT, 2008, p.255)

Pensar na *editalização* como conduta permite justamente corresponsabilizar profissionais do campo cultural, junto ao poder público, pela instauração e manutenção do atual cenário. É necessário explicitar que não haveria uma mudança estrutural se acontecesse, hoje, uma ‘revolução’ nas políticas públicas culturais, porque as condutas continuariam sendo conduzidas, auto-conduzindo e conduzindo com os mesmos traços que foram sendo construídos nos últimos 30 anos. Ela se transformou em uma conduta- corpomídia dessa situação, uma conduta que expõe os elementos que a constituem. A *editalização*, como foi possível observar, não se restringe aos editais, mas sim aos traços que a caracterizam como processo de mediação e que deflagram o surgimento de uma lógica da qual ela é corpomídia. Foucault (2008) faz a pergunta que, talvez, seja uma das chaves para questionar o quadro aqui desenhado:

assim como houve formas de resistência ao poder, na medida em que ele exerce uma soberania política, assim como houve outras formas de resistência, igualmente desejadas, ou de recusa que se dirigem ao poder na medida em que ele explora economicamente, não terá havido formas de resistência ao poder como conduta? (FOUCAULT, 2008, p. 257)

De todos os aspectos aqui levantados, possivelmente a exacerbação da individualidade represente o principal dano do processo de *editalização*. Caracterizada pela disputa sem critérios claros, pela sobrevivência como necessidade que absolve e legitima qualquer tipo de conduta, e pelo tempo pautado pela urgência, o modelo implantado de financiamento à cultura tem produzido um modo de viver marcado por uma profunda separação entre os artistas – aqueles que, caso conseguissem se manter como um coletivo atuando pelo coletivo, seriam capazes de produzir a crítica necessária à transformação dos pressupostos reguladores de um ambiente no qual não se ajustam bem.

Contudo, os artistas não estão desmobilizados, movimentos se organizam por todo o país na tentativa de discutir políticas culturais. Entretanto, o modelo das suas mobilizações cabe na *editalização*, uma vez que se detém no aperfeiçoamento dos detalhes, encenando a conduta do modificar para manter a ordem. E é aqui que parece ser imprescindível pensar, junto a Roberto Esposito, no paradigma da imunização (ESPOSITO, 2004). Imunizados para a necessidade de uma transformação real, então, centram-se esforços na discussão dos pequenos ajustes. Entretidos em tal ordem de discussão, não se questiona os pressupostos estruturantes da lógica reinante, que já materializou-se no corpo do cotidiano, nos quais vai consolidando os seus traços.

Bios (2004) é parte da trilogia do autor italiano composta por *Comunitas: Origine e destino dela comunità* (1998), *Immunitas: Protezione e negazione dela vita* (2002) e *Bios: Biopolítica e filosofia* (2004). Vale dizer que alguns comentadores incluem *Tercera persona. Política de la vida y filosofía de lo impersona* (2007) como o quarto livro da série, compondo, assim, uma tetralogia (NALLI, 2012, p. 41)².

Em *Bios*, o autor inicia a discussão de Biopolítica a partir do que chama de “o enigma da biopolítica”, apresentando as contradições da articulação entre política e biopolítica. A biopolítica, que deveria visar a proteção da vida, a pratica na forma de ‘tanatopolítica’ por desconsiderar a subjetividade e condenar algumas formas de vida à categoria de dispensáveis e, principalmente, de riscos à comunidade. Ou seja, a lógica da proteção da vida acontece na negação de algumas formas de manifestação da própria vida. Segundo o autor: “O motivo desta mudança lexical – que faz do positivo, mesmo que afirmativo, simplesmente um não negativo – deve procurar-se na ruptura, implícita no paradigma individualístico, do nexos entre liberdade e alteridade (ou alteração).” (ESPOSITO, 2010, p. 107)

Como proteção negativa da vida (p.24, 2010), o paradigma da imunização, que se constitui na ideia contida na vacinação do corpo como forma de adquirir imunidade: é preciso que o corpo receba uma quantidade ‘exata’ do vírus, do mal,

²<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/viewFile/1807-1384.2012v9n2p39/23513>

para que não seja contaminado por uma porção capaz de prejudicá-lo ou até levá-lo a óbito.

(...) imune é o <<não ser>> ou o <<não ter>> nada em comum. Mas, justamente esta implicação negativa com o seu contrário indica que o conceito de imunização pressupõe aquilo que, no entanto, nega. Não só parece logicamente derivado, mas também internamente habitado, do seu oposto (ESPOSITO, 2010, p. 81)

A associação entre indivíduo, liberdade e alteridade, apresentada por Esposito, traz uma importante contribuição para a discussão do processo de *editalização*. Os editais respondem a algumas importantes questões contextuais relacionadas ao processo ditatorial civil-militar e à política de balcão praticada até então na cultura³. Sendo assim, um dos principais motes do processo que se inicia em 1986 é a noção de 'liberdade'. Contudo, em um desenvolvimento vinculado à consolidação neoliberal (e, segundo Esposito, também na concepção moderna de indivíduo), a noção de liberdade parece estar justamente pautada na negação do outro, "do desejo por parte do indivíduo de ser dono de si próprio. Quero que as minhas decisões dependam de mim mesmo e *não* de forças externas de qualquer espécie" (idem). Mais uma vez, aqui, o 'não' reaparece como afirmação de algo, a afirmação baseada naquilo que é negado.

O que menos que se pode dizer em relação a uma tal definição é a manifesta incapacidade de pensar afirmativamente a liberdade no léxico conceptual moderno do indivíduo, da vontade e do sujeito. É como se cada um destes termos – e ainda mais o seu conjunto – empurrasse irresistivelmente a liberdade para o reduto do seu <<não>>, até arrastar para dentro dele. O que qualifica a liberdade – entendida como domínio do sujeito individual – sobre si próprio – é não estar à disposição, ou o seu não estar à disposição de outros. (ESPOSITO, 2010, p. 107)

Neste sentido, pensar a lógica da *editalização* remete à dificuldade de uma mobilização política pautada no comum. Quando se reúnem, os artistas mobilizados para a discussão se manifestam no eixo da supremacia da liberdade pautada na individualidade, do eu-meu trabalho e, principalmente, na negação do outro, porque, para afirmar este tipo de compreensão de liberdade, é preciso, de partida, negar a alteridade.

³ Ver dissertação: O novo ambiente midiático produzido pela editalização da cultura: o meio transformou-se em mediação. (PERNICIOTTI, Fernanda – 2015).

(...) a necessidade não é, assim, mais do que a modalidade que o sujeito moderno assume como contraponto dialético da própria liberdade ou, ainda melhor, da liberdade como livre apropriação do <<próprio>>. Assim deve ser interpretada a célebre expressão, segundo a qual, mesmo acorrentado o sujeito é livre – não apesar mas em razão disso: como efeito autodissolvente de uma liberdade cada vez mais colada à sua crua função auto-seguradora. (Idem, p.109)

O que garante, então, a auto-segurança, ou a auto-proteção, ou a própria sobrevivência nos mecanismos de financiamento à cultura, é a negação do comum, do comum no sentido da alteridade, na possibilidade de trazer o outro como afirmação da liberdade, liberdade de si e liberdade do outro, justamente por retirá-lo da possibilidade de apropriação por outro sujeito. Segundo Esposito, "'comum' é exatamente o contrário de 'próprio': comum é aquilo que não é próprio, nem apropriável por parte de alguém; que é de todos, ou ainda, de muitos – e, portanto, que não se liga ao mesmo, mas ao outro." (ibidem, p. 63-64)

A imunização acontece como uma "auto-conservação imunitária" que, do ponto de vista social se constitui na negação do comum, e na impossibilidade da comunidade:

Assim como para defender-se preventivamente do contágio se injeta uma porção de mal no corpo que se quer salvaguardar, também na imunização social a vida é protegida de uma forma que lhe nega seu sentido mais intensamente comum. (ESPOSITO, 2010 p. 374)

A contradição evidenciada por Esposito é a de que, condicionada por tudo o que deve ser negado, a liberdade se inscreve na restrição da pré-determinação, de concluir um fazer que não poderia ser outro. O que fica extinto é a possibilidade de indeterminação dentro da própria liberdade, e o que toma o seu lugar é a noção de liberdade pautada na restrição do 'não', não fazer senão aquilo que o desejo elege:

Que a liberdade seja definida como <<a ausência de todos os entraves à ação que não estejam contidos na natureza e nas qualidades intrínsecas do agente>>, quer dizer que ela é o resultado negativo do jogo mecânico das forças em cujo interior se inscreve o seu movimento e que, por conseguinte, em última análise, coincide com a sua necessidade. Deste modo – se aquele que experimenta a liberdade não podia fazer senão aquilo que fez – a sua de-liberação tem o sentido literal de renúncia a uma liberdade indeterminada e de enclausuramento da liberdade nos vínculos da sua própria pré-determinação. (Idem, p. 110)

As políticas públicas e as mobilizações políticas que, a princípio, deveriam ser o lugar do comum, não estão suspensas socialmente. É, sobretudo, na

individualização das práticas com as políticas públicas culturais, mesmo quando tomam a forma de uma mobilização política, que este tipo de conduta nega a possibilidade de acontecimento⁴ do comum.

Retornando a Teoria Corpomídia, é indispensável compreender que o processo de *editalização* é, antes de mais nada, um processo DE corpo que envolve artistas, técnicos (que escrevem e lidam com os editais), administração pública especializada em cultura, pesquisadores do campo etc. Por que é DE corpo? Porque a noção de corpo aqui adotada é a de corpomídia: o corpo não é só o humano e é o contato com a informação que transforma e constitui o corpo, isto é, a informação “vai se transformando em corpo”⁵. Ou seja, o processo de *editalização* não é uma característica-adereço que se pendura no corpo depois dele constituído como corpo. À medida que cada um dos participantes do processo vai seguindo nele, o processo vai se transformando no corpo de cada um e esses corpos também vão produzindo modificações no processo. A relação entre corpo e ambiente nunca estanca as suas trocas.

Galeria Olido – 08/11/2015 – O artista Wagner Schwartz está em cena, manipulando um objeto relacional da série Bichos⁶. Após alguns instantes, o artista se direciona ao público, que está a seu lado, no palco, e pergunta: “alguém quer tentar?”. Rapidamente, um jovem garoto se prontifica e vai em direção ao objeto, mas o artista sorri e propõe: “só que comigo”. A partir disso, com início um pouco tímido, as pessoas passam a manipular o artista, ali, em estado de quase completa disponibilidade e vulnerabilidade. Aos poucos, a olho nu, é possível presenciar, em

⁴ “Esfinge, o acontecimento é igualmente Fênix que na realidade nunca desaparece. Deixando múltiplos vestígios, ele volta constantemente, com sua presença espectral, para brincar com os acontecimentos subsequentes, provocando configurações sempre inéditas. Nesse sentido, poucos são os acontecimentos sobre os quais podemos afirmar que terminaram porque ainda estão suscetíveis de novas atuações.” (DOSSE, 1950, p. 7)

⁵ Fala da professora Helena Katz em aula no Programa de Comunicação e Semiótica, 2º semestre de 2015.

⁶ Em 1960, Lygia cria a série “Bichos”: esculturas, feitas em alumínio, possuidoras de dobradiças, que promovem a articulação das diferentes partes que compõem o seu “corpo”. O objeto convida o espectador a mexer nele, transformando-se em participante, e a descobrir as inúmeras formas que estas estruturas abertas de oferecem. Com esta série, Clark torna-se uma das pioneiras na arte participativa mundial. (s/a, s/n) – Disponível em: <http://www.lygiaclark.org.br/biografiaPT.asp>. Acesso em: 14/11/2015.

uma relação de cumplicidade individual (só existe o objeto e o si mesmo), a objetificação de um corpo, a des-subjetivação de um corpo, a condenação à ausência do olhar, da cognição, de tudo aquilo que o constitui como sujeito, pelo outro também corpo, inicialmente, na condição de igual. A única possibilidade, naquele momento, de exercer a liberdade parece ser retirar o outro da alteridade e fazer o que estava pré-determinado. A propriedade irrompia como direito sobre o outro, a princípio pela disponibilidade que, diante das liberdades, ia se constituindo como fragilidade. Alguém quer tentar? ou um jeito de escancarar a impossibilidade de... Como se chama mesmo o objeto? Relacional.

(...) não é possível determinar, definir, a
liberdade a não ser contradizendo-a.
(ESPOSITO, 2010, p.112)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DOSSE, François. *O renascimento do acontecimento*. Editora UNESP, 2013.

DURAND, José Carlos. *Política Cultural e Economia da Cultura*. Editora Atelie, 2013.

ESPOSITO, Roberto. *Bios: Biopolítica e Filosofia*. Editora 70, 2010.

FOUCAULT, Michael. *Segurança, território, população*: curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GALEANO, Eduardo. *O livro dos abraços*. L&PM, 2013.

GIELEN, Pascal. *Creativity and other fundamentalisms*. Ram Publications, 2013.

GREINER e KATZ, Christine e Helena. *Arte e cognição: corpomídia, comunicação e política*. Annablume, 2015.

LAZZARATO, Maurizio. *O governo das desigualdades: crítica da insegurança neoliberal*. Edição Primeira, 2011.

LAZZARATO, Maurizio. *Signos, máquinas, subjetividades*. n-1 edições e Edições Sesc, 2014.

MÉSZÁROS, István. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. Boitempo Editorial, 2007.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. Boitempo Editorial, 2002.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Políticas Culturais do Governo Lula/Gil: Desafios e Enfrentamentos*. Coleção Cult, 2008.

Anais do IV Congresso Nacional de Pesquisadores em Dança - ANDA
"Formação em Dança: estratégias de emancipação."

Goiânia - 2016

ISSN: 2238-1112

SARAVIA, Henrique. *Introdução à teoria da política pública* in SARAVIA, Henrique e FERRAREZI, Elisabete. Organizadores. Políticas Públicas. Coletânea. Volume 1. ENAP, 2007.

* Doutoranda em Comunicação e Semiótica (PUC-SP), coordenadora pedagógica do Centro Livre de Artes Cênicas e professora na Escola Viva de Guarulhos – f.perniciotti@hotmail.com.

Apoio:

